

PARA FORMAR PROFESSORAS E MÃES FORTES NO SERTÃO: AS DISCIPLINAS PUERICULTURA E HIGIENE NA ESCOLA NORMAL DE FEIRA -1938-1946

PALAVRAS-CHAVES: Higiene e Puericultura, Escola Normal, Feira de Santana.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante do Projeto “Escolarização e Formação Profissional em Feira de Santana a Escola Normal da Feira e o Colégio Santanópolis- 1909 / 1960” coordenado pela Prof^a Dr^a Ione Sousa.

Ele procura investigar os *saberes escolares* que constituíam as disciplinas de *Puericultura* e *Hygiene Escholar*, entre os anos de 1938 a 1946, e delinear as relações de poder e a influência do discurso médico higienista no processo de ensino entre as normalistas enquanto futuras mães biológicas ou mães sociais representação do ser professora, numa perspectiva de sanitização da infância e da Nação.

Vale lembrar que naquele período no Brasil em geral, inclusive nas cidades de médio porte como era Feira de Santana, a *educação escolar normal* era uma estratégia para dispersão do ideário da modernidade, civilidade no seu cotidiano. A Escola, especificamente nesta cidade, teria um papel “civilizador” que permitiria a difusão cultural e social às regiões circunvizinhas de um pretendido progresso regional.

MATERIAL, MÉTODOS OU METODOLOGIA

A pesquisa sobre as disciplinas de Puericultura e Hygiene na formação das normalistas na Escola Normal da Feira de Santana, enquanto integrante do projeto da professora-orientadora desta proposta, tem como base o manuseio dos registros e documentos desta antiga instituição (Escola Normal de Feira de Santana) que se acham no Instituto de Educação Gastão Guimaraes (IEGG).

Quanto aos procedimentos de pesquisa, foi realizada a identificação, triagem, higienização e limpeza dos documentos, separando-os por ano e turma. Em seguida, foi executada a digitalização e leitura dos documentos, em busca de evidências quanto às *práticas* e *saberes escolares* referentes às disciplinas investigadas- *Hygiene e Puericultura*.

Dentre os documentos que fazem parte do acervo sob a guarda do IEGG encontram-se fichas de inscrição, decretos, livros didáticos, diários de classes. Outro acervo pesquisado é o que se encontra abrigado no Museu Casa do Sertão, constituído de jornais regionais. A análise da fonte oral, a entrevista com o um professor Dr. Péricles Ramos - médico pediatra - se tornou fundamental para prosseguimento da pesquisa.

No exercício de reflexão sobre estas evidências, articulei a historiografia da História da Educação com algumas questões sobre História Política. Veiga (2003) argumenta sobre a importância desta discussão para apreender as decisões normatizadoras que incidem nas escolas, enquanto ligadas as decisões políticas de uma época e local, assim como permite analisar o que a sociedade almejava naquele momento a partir da Educação.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Quanto a discussão desenvolvida foram incorporadas categorias e conceitos como relações de poder e práticas políticas para analisar os Regulamentos da educação baiana do período, o que possibilitou apreender e criticar analiticamente estes registros como emanados de uma época. Analisar textos oficiais sobre a educação é lembrar o quanto tais produções são

históricas e politicamente datadas, produzidos em razão das relações de poder e produtoras de saberes específicos.

Faria Filho ao tratar de regulamentos e leis como fontes para uma história da educação ressalta que um sujeito ou grupo ao enunciar um Regulamento espera o seu cumprimento e a obediência ao mesmo em prol do que está inscrito e prescrito nesta Lei. Assim, as práticas discursivas escolares, ou da escola, cumprem um comando preliminar enraizado pelas regras que a conceberam uma formação específica de uma clientela.

Esses Regulamentos apresentaram um pouco da estrutura administrativa, no que se refere aos atributos e funções do Diretor Geral de uma instituição escolar, dos Inspetores, dos/as professores/as, Delegados etc; da modalidade de ensino, como infantil, primário elementar, primário superior, complementar, normal, etc; da organização do espaço, como a localização do prédio das aulas e da instalação das escolas anexas etc; das condições materiais para o ensino gratuito; dos programas referentes à escola normal da capital e às escolas normais do interior. Enfim, da escola no período trabalhado como instituição capaz de elevar os indivíduos culturalmente de acordo o progresso, principalmente quanto combatem o *analfabetismo*.

Supondo, assim, que em toda sociedade há um conjunto de procedimentos externos que a organize, utilizei de Foucault sobre a relação entre quem produz o discurso e qual seu objetivo. Dessa forma ele diz que:

“(…) a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por números de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (1996, p. 8-9)

A atuação do Estado, por meio da Educação, não fugiria dos ideais e projetos de modernidade pautados naquele período. A forte relação com os discursos e preceitos higiênicos fomentaria a discussão da instrução e da formação de uma civilidade pronta para superar desafios. Assim, nas escolas normais entre 1930 e 1950 os programas articulavam preceitos higiênicos que fomentariam a profissionalização das normalistas na sua atuação e prática de ensino. Portanto, no

“Art. 130. Se ensinará a ensinar (...) o estudo de Hygiene escolar, afim de dar ao futuro professor o conhecimento profundo da creança, fazendo-o compreender praticamente que o ‘ensino deverá ser feito para o menino e não este para o ensino.”

O que pôde então significar para esse(a) aluno(a) os conhecimentos adquiridos, na verdade, no depoimento do professor Dr. Péricles Ramos¹, expressou a concepção de higiene trabalhada na escola, voltada para a infância, voltada para o exercício prático do cuidado para com os bebês. Nas palavras do Dr. Péricles,

“Bem, a higiene, desde, desde o nascimento. Todo o cuidado com a criança, todo o cuidado com os utensílios de criança: chucer, mamadeira.

Eu não condenava totalmente o bico, mas eu preciso que tivesse um cuidado muito grande, pois qualquer coisa ele solta, cai, ou, ou, roça mesmo o corpo, de maneira que tudo isso... E, e o banho, como era feito, a água, o calor de água, não sabe? De maneira que ele, desde que criança nasce até ficam mais grandinho.”

Esses conhecimentos que as normalistas eram submetidas consolidou-se a partir do uso de diferentes materiais. O boneco por exemplo, que o Dr. Péricles cita na declaração, faz-

¹ Entrevista realizada com o último professor vivo da antiga ENRFSa, o médico pediatra Péricles Rocha Ramos, na década de 1990 por Ione Sousa enquanto doutoranda.

se presente em sala de aula. Segundo ele, não tinham materiais suficientes para todas as alunas, mas utilizaram um boneco como representação infantil para as demais alunas. Esse aspecto demonstrou como o treinamento e a aquisição das práticas domésticas, sobretudo do *ser mãe*, nortearam a educação.

Esta transmissão de saber-fazer aponta a concepção que as normalistas seriam educadas para educarem seus lares e a sociedade. Essa prática pôde demonstrar o valor que uma boa educação é capaz de, através de seus alunos, invadir e colonizar as famílias, segundo os critérios médico-higiênico (GONDRA, 2003).

Dessa forma, a instituição ENFSA concebeu um lugar de vivências e práticas correlação com outros discursos estabelecidos na sociedade do Estado Novo, de 1937 a 1945, de cunho eugenista e higienista. Há a presença deles na prescrição, ao propor a higiene moral da sociedade, tendo a conduta como objeto (DIWAN, 2007) central para a organização e para “estirpe” e prestígio do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, tendo apresentado brevemente as relações entre poderes, discursos, práticas escolares a partir do regulamento da entrevista com o professor da Escola Normal da década de 1940, apresentou também a formação das normalistas vinculadas às disciplinas Higiene e Puericultura, sendo estas, com o conhecimento proposto, levar a civilidade a irradiação das concepções de civilidade aos mais diferentes espaços, sobretudo, ao *sertão atrasado*.

Tendo como matriz estas disciplinas, a finalidade educacional em relação às mães e/ou às professoras na primeira metade do século XX, era de cumprir o projeto de nação e do cuidado com o corpo, necessariamente da criança, para a proteção do Estado (DIWAN, 2007). Assim, os batalhões de professoras e mães encarregou-se de *civilizar, higienizar e uniformizar* os seres do sertão atrasado e carentes da modernização, sendo elas também, atuantes na educação higiênica da sociedade.

REFERÊNCIAS

- CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, p. 177- 229, 1990.
- DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** SP. Contexto, 2007.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. República, **Trabalho e Educação: A experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934.** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France,** pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo, Brasil. 1996.
- GONDRA, José Gonçalves. **Homo Hygienicus: educação, higiene e a reiventção do homem.** In: Cadernos Cedes, Campinas, V.23, n.59, p. 25-38, abril 2003^a.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Maria (org). 2^a ed. **História das mulheres no Brasil.** 2^a ed., São Paulo: Contexto, 1997.
- SOUSA, Ione C.J. de. **Garotas tricolores, Deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana.** Dissertação de Mestrado em História Social. PEPGHS/PUC-SP: 1999.
- VEIGA, Cynthia Greive. **Historia Política e Historia da Educação.** In: VEIGA & FONSECA(orgs). História e Historiografia da Educação no Brasil. BH. Ed. Autentica: 2003.

FONTES:

RAMOS Péricles Rocha. **Entrevista**. Realizada em Salvador, 01 de Junho de 1998 (Ione Sousa).

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **O Ensino no Estado da Bahia**. Relatório da Diretoria Geral de Ensino. 1924/1928, p.84.

REGULAMENTO DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA, Lei 1.846 de 14 de Agosto de 1925.